

**ESTRATÉGIAS DE CONTROLE DA DEMOCRACIA: A ARISTOCRACIA
OCULTA**

CONTROL TATICS ON DEMOCRACY: THE HIDDEN ARISTOCRACY

Toni Henriques

RESUMO: A hodiernidade trouxe para o mundo um amplo canal de comunicação por meio de suas redes informáticas, possibilitando um enorme avanço ao espírito democrático, porém, em nenhum momento, essa experiência se dá sem o controle das estruturas dominantes de poder. Esse novo modelo democrático se faz como uma ampliação da experiência grega, trazendo não apenas os elementos que, em teoria, poderiam ser considerados louváveis nesse fato de nossa história antiga, como também todas as suas estruturas manipulativas, em especial o moderno sofista: a imprensa. Imprensa, propaganda e toda uma estrutura secular dominante do poder econômico, ainda que essas últimas busquem manter-se ocultas, fazem dessa rede mundial seu playground para a manutenção do status quo, criando, inclusive, ferramentas de manipulação social aplicados diariamente em todas as sociedades ditas democráticas. Esse contexto nos leva a questionar se de fato há uma democracia ou se simplesmente sobrevivemos a um sórdido jogo de poder. Pormenorizados alguns elementos, tateamos nessa sombria democracia, orbitando suas estratégias manipulativas, visando aquela simbólica luz que se supõe existir ao final do túnel. Tratando-se de um ensaio inicial poder-se-ia afirmar que nossa investigação é rasa, quicá inoportuna, porém como o tema é obscuro e fronteiro com o limiar das denominadas “teorias conspiratórias”, preferimos delimitá-lo naquilo que há de mais objetivo e aparente em suas nuances para temperá-lo com a análise multidisciplinar que o tema merece.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Sofisma. Imprensa. Fake news. Pós-verdade.

RESUMEN: La modernidad trajo para el mundo un amplio canal de comunicación por medio de sus redes informáticas, posibilitando un gran avance en el espíritu democrático, pero, en ningún momento, esa experiencia se da sin en control de las estructuras dominantes del poder. Ese nuevo modelo democrático se hace con una ampliación de la experiencia griega, trayendo no apenas los elementos que, en teoría, podrían ser considerados alabables en ese fato de nuestra historia antigua, pero también de todas sus estructuras manipulativas, en especial el moderno sofista: la prensa. La prensa, propaganda e toda una estructura secular dominante del poder económico, aunque que esas últimas busquen mantenerse ocultas, hacen de esa red mundial su *playground* para la manutención del *status quo*, criando, inclusive, herramientas de manipulación social aplicados diariamente en todas las sociedades ditas democráticas. Este contexto nos lleva a cuestionarnos si realmente existe una democracia o si simplemente sobrevivimos a un sórdido juego de poder. Detallando algunos elementos, sentimos esta democracia oscura, orbitando sus estrategias manipuladoras, apuntando a esa luz simbólica que se supone que existe al final del túnel. Al tratarse de un ensayo inicial, se podría decir que nuestra investigación es superficial, quizás inoportuna, pero como el tema es oscuro y rayano en el umbral de las llamadas “teorías de la conspiración”, preferimos delimitarlo en lo que es más objetivo y aparente en sus matices para condimentarlo con el análisis multidisciplinar que merece el tema.

PALAVRAS-CLAVE: Democracia. Sofisma. Prensa. Fake news. Pós-verdad.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade hodierna, que assiste ao mundo através das suas pequenas e móveis telas – na perfeita conjunção entre as distópicas *telescreen* (teletelas) de George Orwell e a necessidade de integração econômico-social global contumaz de uma sociedade coordenada pelo capital (MARX, 2017) – está cada vez mais conectada e atuante na expressão de seus anseios, desejos e insatisfações para todos aqueles que possam lhe ouvir. Esses movimentos, em distintos momentos, levam a pressões políticas significativas, capazes de alterar o curso da história de alguns aglomerados populacionais, países ou regiões mais amplas do globo. Diz-se que com isso, atualmente, a cidadania – conceito umbilicalmente ligado ao de democracia – é exercida em um extremo jamais experienciado pela humanidade, pois a todos os membros da sociedade global, através das redes informáticas, é dada voz suficiente para ensurdecer o mundo. Em certa medida tal propositura traz ares de veracidade, porém essa veracidade não escapa a uma análise um pouco mais aprofundada sobre as origens, métodos e desventuras que fundam e sustentam essa forma de governo que se alcunha, rotineiramente, por democracia. Tal fundação é explícita em todas as reengenharias da democracia originada na modernidade e que se seguiram até nossos dias ou mesmo nas democracias da antiguidade¹.

Nessas origens encontramos, tão umbilicalmente coligada quanto o binômio democracia-cidadania, os conceitos de poder e manipulação. A dialética entre esses dois últimos conceitos, quando aplicados à realidade dos governos democráticos, rompe com o clamor do senso comum pela corriqueira e literal tradução do termo democracia como sendo seu mais claro desmembramento o “governo do povo”. Não que devamos adotar a tradução de maneira tão distinta, como propunham Platão ou Aristóteles (por manifestar como uma de suas peculiaridades a participação popular, tinham a democracia como o

¹ É importante salientar que a democracia não é uma experiência exclusiva da Grécia, ou mesmo de Atenas, mas sim que por seu pioneirismo, por sua importância filosófica e cultural para a antiguidade (com reflexos em nossos dias) e pelo grandioso número de partícipes na esfera decisória da democracia torna-se irrelevante para o tema a ser analisado características próprias das democracias de outras cidades-Estado ou mesmo da república romana. Em tempo, para sanar a confusão entre democracia e república, devemos ter em mente que, segundo Robert Dahl, “república” é apenas uma expressão latina para exprimir a forma de governo adotada pelos Gregos sob a alcunha de “democracia”, pois ambas as expressões se referem a adoção de “governos populares” (2001, p. 26).

“governo dos pobres”²), mas sim que a conotação latente, por conta da manipulação e do jogo de poder, não representa a real forma de governo exercido na prática. Exemplos dessa manipulação estão presentes em toda a história da democracia, seja com os sofistas na versão grega, seja com o Comitê Creel nos EUA durante a primeira grande guerra, seja nos nossos dias com as denominadas *fake news* tão bem difundidas naquele universo cibernético onde se diz que a maior expressão da cidadania hodierna se desvela.

Contudo, assim como tão vigorosamente Winston Churchill defendeu a democracia com sua célebre retórica³, não nos cabe desintegrá-la, por pior que ela seja, mas sim reinventá-la. E essa reinvenção perpassa, necessariamente, por uma releitura da história do poder apontando o papel social e as limitações dos detentores do controle político que manipulam, ocultos nas sombras, a própria democracia.

2 EM PASSOS LARGOS

Em parte, cabe aos entusiastas pelo uso do termo democracia em sua tradução literal a responsabilidade por encobrir esse jogo de poder e manipulação com uma distorcida e otimista visão de democracia onde se insta ocultar o óbvio: a participação do poder econômico nos rumos dessa forma de governo.

Por séculos afirmou-se que os antigos atenienses, contemporâneos ao germinar da filosofia clássica, vivenciaram uma forma de governo peculiar e de forte expressividade popular, levando-nos a crer que existiu uma espécie de governo onde o povo, efetivamente, expressava sua voz em voto, possibilitando o direcionamento, o rumo, de sua cidade-Estado segundo a mais assertiva decisão popular, ou seja: segundo aquela decisão

² O sentir da filosofia grega é claro em Aristóteles (“onde quer que os homens governem devido à sua riqueza, sejam eles poucos ou muitos, há uma oligarquia, e onde os pobres governem, há uma democracia”, Política III, 1279b-1280a), assim como em Platão (“ora a democracia surge, penso eu, quando após a vitória dos pobres, estes matam uns, expulsam outros, e partilham igualmente com os que restam o governo”, República XVIII, 557a-557b), onde ambos demonstram suas percepções de que a forma de governo denominada democracia representava o governo dos pobres contra os aristocratas (representantes do governo dos ricos).

³ Many forms of Government have been tried and will be tried in this world of sin and woe. No one pretends that democracy is perfect or all-wise. Indeed, it has been said that democracy is the worst form of Government except for all those other forms that have been tried from time to time.... (muitas formas de governo foram e serão tentadas neste mundo de pecado e aflição. Ninguém pretende que a democracia seja perfeita ou onisciente. De fato, diz-se que a democracia é a pior forma de governo, exceto por todas as outras formas que foram tentadas de tempos em tempos... [tradução nossa]).

com maior apoio quantitativo na Eclésia⁴. Conquanto, ainda que reconheçamos a grandiosidade histórica daquela forma de governo Ático e das conquistas culturais advindas daquela experiência, ou mesmo que, de fato, vejamos nos indivíduos partícipes da sociedade alguma representatividade, somente a poética ou o senso comum da modernidade vislumbrariam alguma expressão da vontade popular, tal como o termo “democracia” – por força de sua literalidade – denota, nos votos conquistados na Ágora. Tal vislumbre espraia, no mínimo, uma inocente percepção sobre a manutenção de privilégios entre grupos sociais ao longo da história, corroborando, por meio dessa esperança saudosista, que toda a população capacitada a votar (os denominados: cidadãos), exprimiria uma percentagem pouco significativa no universo da população ateniense⁵, fazendo com que suas decisões, ainda que *erga omnes*, fossem dotadas de diminuta representatividade social.

A modernidade, talvez por conta dessa distorcida visão da história, encoberta por esse espesso véu de Maia⁶, aplicou critérios parecidos para a implantação das democracias de seu tempo, restringindo a participação democrática a pequenos grupos de escolhidos (normalmente os homens mais ricos nas sociedades).

Um breve exercício digressivo nos permite compreender que esse saudosismo imputado aos primeiros participantes das democracias é essencial para a manutenção dessa complexa falácia histórica. Evitando assim, a todo custo, apontar com maior precisão ou abordar com mais profundidade os principais atores da constituição das democracias e os significativos processos econômicos e de luta pelo poder político iniciados séculos antes da consolidação de quaisquer das democracias. Essas lutas se iniciam com as reformas ocorridas nos governos de Drácon e Sólon (na antiguidade) ou com a Carta Magna e o advento da burguesia (na modernidade), onde o poder econômico, de modo discreto e oculto, quiçá invisível, buscando terreno para ampliação de sua riqueza, manipula a força

⁴ Espécie de assembleia realizada na Ágora constituída por todos os cidadãos da cidade-Estado.

⁵ Estima-se que, ao tempo de Péricles, somente 10% da população era considerada como cidadã.

⁶ Em referência à deusa hindu Maya (deusa da ilusão), é um véu que se estende entre a realidade, a essência, de algo e o observador. Por meio dele o observador fica com sua visão enevoada, não percebendo, com clareza, a realidade das coisas, mas apenas aquilo que elas aparentam ser. Em certa medida se equipara às sombras projetadas na alegoria da caverna platônica, onde o observador apenas pode ver as sombras, as aparências, das coisas e não a sua realidade, sua essência.

popular para corroborar ou instituir a sua escolha político-econômica como nova forma de governo (RIBEIRO, 2012).

A democracia direta, existente na Grécia da antiguidade, resguarda poucas semelhanças com a versão moderna, restringindo-se à homonímia sua principal equivalência. Todavia, há elementos constitutivos similares em ambos os momentos históricos que podemos enumerar para melhor compreender a retórica democrática da hodiernidade. Obviamente, as dezenas de séculos que separam as democracias antigas das experiências do final do medievo e estas das democracias modernas são razão suficiente para não se buscar justificar o surgimento de quaisquer delas umas pelas outras, ou mesmo lhes mapear como numa trilha em gradiente de superação que levaria aos dias atuais. Cada uma dessas democracias é fruto de um ajuste de condições político-econômicas que, apesar de próprias, possuem como sustentação um fator em comum e é justamente esse fator de sustentação das democracias, oculto em grande parte de sua história, que buscamos delinear.

Apesar de terem existido diversas experiências democráticas ao longo dos últimos 2.500 anos⁷, tomaremos apenas os recortes da democracia grega, na antiguidade, e da experiência democrática da modernidade como paradigmas para delinear elementos que subjazem até o nosso momento democrático. Entre esses recortes podemos antever que toda experiência democrática é um primar da coletividade em oposição ao governo da individualidade. A democracia é opositiva ao tirano, ao rei absolutista, ou a outras formas de governo que tenham em um indivíduo (ou mesmo um pequeno e restrito grupo de indivíduos) a exclusividade do poder de mando sobre toda a comunidade. Mas, apesar desse desejo coletivo, desse sentimento de pertencimento e igualdade entre os indivíduos, não fez o povo (não o que hoje denominamos como povo, ou seja: todos os indivíduos) a fundação das democracias. Aqueles que lutaram pela implantação das democracias pouco se difeririam das denominadas classes médias de nosso tempo, quiçá fossem eles os mais ricos nessas classes médias. Esse grupo de privilegiados, normalmente envolvidos com mercantilização, ansiavam por ter mais espaço de poder ou mesmo ter menor interferência

⁷ Além dos casos gregos, romano e da modernidade, também pipocam pequenos governos democráticos durante o final da idade média e início do renascimento em diversas regiões europeias, entre elas: Florença, Veneza e península Escandinava (DAHL, 2001).

por parte dos mandatários em suas atividades e, com isso, alimentavam seu desejo pela destituição do governo por um que lhes fosse mais apazível. Esse é o contexto de fundação das democracias: uma luta pela destituição de um poder. Porém, quem destitui um poder o faz por desejá-lo, não para terceiros.

É possível que os mercadores⁸, essa classe intermediária entre a nobreza e o povo, tenham percebido que poder e riqueza caminham juntos e, justamente por isso, tenham tentado tomar dos nobres o seu poder. Seja como for, nos séculos que antecederam às democracias, vemos esses mercadores alcançando cada vez mais espaço entre os governos a quem se subordinam, se constituindo como uma classe econômica com grande poder de influência política. Todavia, esses compósitos da classe econômica, esses mercadores, são figuras de alta volatilidade no seio da decisão política, uma vez que novos membros podem surgir (já que suas fortunas podem ser resultantes de oportunidades momentâneas, inclusive oriundas da sorte ou de saques), ou antigos membros podem ser alijados do centro de poder caso vejam seu patrimônio deveras reduzido. Obviamente o poder político, o governante, sempre buscará se filiar aos mais abastados de suas comunidades (alguns dos mercadores), e para os interesses desses aliados montará todo um arcabouço beneficente de normas, ainda que em detrimento de todos os demais. A esses beneficiados, que encontram no poder a ampliação de suas riquezas, o governo pode se mostrar até mesmo demasiadamente apazível. Essas ações, possivelmente, revelariam a insatisfação dos demais mercadores alijados de tais privilégios. Os desprivilegiados buscariam, como uma forma de retaliação, reduzir o poder político do governante. Eles poderiam usar de seu poder econômico para constituir e liderar revoltas populares contra o governo. Poderiam abdicar de parcela de suas fortunas para boicotar a subsistência dos governos, impedindo a circulação de mercadorias. Também poderiam, de modo mais radical, contratar exércitos para tomar o poder do governante. De todos os modos, eles buscariam meios para dirimir os danos provocados pelas políticas de governo contrárias aos seus interesses e, com isso, com quaisquer dessas demonstrações de força que exemplificamos (não limitado a elas,

⁸ Por mercadores fazemos referências, em todo o texto, conforme definido por Robert Dahl, aos indivíduos que hoje alocaríamos nas chamadas classes médias, que à época eram formados, principalmente, por: novos ricos (ou burgueses), mercadores, banqueiros, soldados das infantarias e seus cavaleiros. Esses dois últimos, em especial, por serem capazes de ameaçar e organizar rebeliões contra seus governantes. Em todos os casos, independentemente de possuírem títulos de nobreza.

obviamente), eles galgariam posições de mando dentro das estruturas de governo ou mesmo novéis direitos que lhes beneficiassem. Esses cenários imaginados, ou reconstituídos, são bastante próximos daqueles que levaram à criação dos conselhos (na antiguidade) ou do parlamento (na modernidade) e tais estruturas, séculos mais tarde, converteram as suas sociedades em democracias.

Como a roda da fortuna nunca para de girar, de tempos em tempos novos ricos impõem ao governo suas exigências e, cada vez mais, ampliam o leque de atendidos pelas legislações barganhadas. Não nos parece que os mercadores buscassem obter direitos em benefício da população (tanto que esses direitos somente passam a compor os discursos políticos ao final do século XIX), mas tão somente se propunham a atender o maior número possível de membros de sua mutável categoria. Todavia, pela universalidade da norma, alguns outros membros da sociedade passam a ter direitos reconhecidos na rebarba daquelas garantias. A variedade de indivíduos atendidos por esses direitos impõe uma pauta de governo descentralizada da figura do governante, aproximando ainda mais os mercadores da população. Não tomemos por população todo o povo, mulheres e muitos homens (em especial os escravizados) estão afastados dessa classificação. A população que apoia aos mercadores é aquela que com eles possui relação econômica, detentores de alguma forma de renda e que lhes consome mercadorias. Apesar da posição de mando político que alguns entre os mais ricos mercadores ocupam, há entre esses abastados e os mercadores menores e entre os mercadores em geral e a população consumidora uma certa aresta de equidade por meio da dialética de sua relação. Considerando Hegel, poderíamos dizer que um desses grupos sequer se reconheceria sem a existência do outro, pois esse outro é quem lhe dá identidade por meio da relação econômica que compartilham.

Por um lado, essa dialética entre quem detém importante poder de mando, os mercadores investidos em conselhos ou parlamentos, e o restante da população é um dos fatores essenciais para a possibilidade de constituição das democracias. Mas, ao mesmo tempo, pelo lado oposto, essa relação é uma ferramenta fundamental para a ampliação do poder político desses mercadores, pois a população passa a se identificar com eles, seja pela proximidade da relação, seja pelos interesses em comum. Quando se junta a essa equação uma breve autonomia à massa de populares que, em algum momento de ruptura

social, passa a exigir dos governantes o cumprimento de promessas que lhes foram feitas e jamais cumpridas e, se na sequência, um intenso conflito social afrontar o governo, teremos a sementeira do germen da democracia. Todavia, a consolidação democrática somente se funde quando os mais abastados membros do poder econômico se submetem ao novo governo pondo-se contra o poder dominante atual, não usando sua posição política ou vantagem econômica para redirecionar o conflito em apoio à manutenção do *status quo ante*. Se esses abastados percebem as vantagens econômicas que essa nova forma de governo pode lhes possibilitar, tornam-se entusiastas patrocinadores dessa novidade de modo que, ainda que tenham de empenhar parte de seus recursos financeiros nesse patrocínio, possam colher sem maiores conflitos (sem maiores perdas) a manutenção de seu poder político-econômico. Para isso passam a criar e instruir mecanismos que, em seu nome, com o máximo de discrição, atuem nas esferas decisórias do poder.

Qualquer semelhança entre esses mecanismos e os instrumentais que alguns bilionários de nossos dias fazem uso não é mera coincidência, mas tão somente uma contumaz reprodução de um processo histórico que se arrasta através dos séculos, como bem demonstrado por diversas pesquisas sobre mobilidade intergeracional. Dessas, destacamos a brilhante observação de Guglielmo Barone e Sauro Mocetti sobre a diminuta mobilidade social em Florença desde o século XV, onde, apesar das radicais mudanças de forma de governo dessa região da Toscana (desde a dinastia Médici, império italiano, fascismo e redemocratização, até nossos dias), mantiveram-se no topo da classe econômica as mesmas famílias. Iguais estudos foram feitos por Gregory Clark e Neil Cummins, visualizando o mesmo cenário em países como Inglaterra ou China (apesar da revolução cultural de Mao Tsé-Tung e do forte socialismo de Estado que por lá impera até nossos dias).

Não obstante, toda história de luta pelo poder e por sua manutenção pode ser facilmente ocultada quando o discurso prima por uma inversão retórica capaz de convencer o espectador de que o cinzel é o principal responsável pela concepção artística da escultura. Vemos esse método discursivo no caso grego, por exemplo, onde os poucos indivíduos que se qualificavam como cidadãos, por mais que tivessem seu direito de voz e voto respeitados em suas visitas à Ágora, somente cumpriam seus anseios democráticos

com o expresso assentimento de seus iguais, pois nessa estrutura de poder, como é de se esperar, não pode o individual ser parâmetro decisório (lembre-se: a democracia é opositiva às decisões individualizadas). Assim, a historiografia que por séculos argumentou superficialmente que o pleno sentido da democracia antiga, sua beleza e magnânima completude, se revelavam no ato de participação assemblar (onde cada indivíduo era uma voz com igual reflexo expressivo sobre todas as outras, capacitada a, partindo de sua exclusiva iniciativa, conduzir os rumos de todo um agrupamento humano), esquecia de deixar claro que apoiar-se em uma tradução literal do termo democracia era um meio para ignorar toda a complexa estrutura das assembleias gregas e, consequentemente, servia apenas para afastar o interlocutor da percepção de que, de fato, sempre que esses cidadãos apresentassem alguma demanda à Eclésia, durante a votação de suas pautas, se viam envolvidos em uma veraz arena composta por gladiadores da oratória e do convencimento. Portanto, aquela ode à democracia – que apenas se firma como um argumento superficial – se esvai ao ignorar que tais cidadãos eram obrigados a disputar votos contra consagrados oradores, treinados desde suas infâncias pelos mais renomados e capacitados instrutores. Malgrado, essa instrução somente poderia ser obtida ao custo de elevado investimento, sanável apenas por quem dispusesse de representativo poder aquisitivo, ou seja: pelos membros daquelas famílias abastadas (as mesmas que detinham o poder econômico). Por meio desse exaustivo treinamento, em última análise, esses oradores se capacitavam para conduzir a Eclésia segundo seus interesses próprios ou interesses desses seus patrocinadores.

Nessa ode se ignora com veemência e objetivamente a força do poder econômico na condução, ainda que pontual e oculta, da democracia por esses laureados oradores – também alcunhados como sofistas pelos filósofos de sua época. A maestria desses oradores se firmava, aos olhos de Sócrates (PLATÃO, 2012), na conversão de seus próprios interesses, de sua teatrologia (PLATÃO, 2009), em votos que eram acompanhados pelos demais cidadãos. Os sofistas eram considerados pela filosofia como meros mercadores de suas capacidades oratórias e de seu poder de convencimento da Eclésia (poder de conquistar votos) em apoio às causas de seus contratantes ou financistas regulares, de

modo que, no compreender dos citados filósofos, tais indivíduos não se diferiam de meros mercenários da oratória.

Por óbvio o exemplo grego é peculiar à sua época e lugar, uma vez que a sociedade moderna, ou mesmo a nascente democracia, não seria capaz de abarcar o sofista – esse mecanismo rudimentar de convencimento, direcionamento e manutenção das estruturas de poder – que somente se mostrava eficaz no modelo outrora experienciado de democracia direta, onde se supunha que todos os indivíduos poderiam representar a si mesmos em voz e voto. Porém, a criatividade do poder econômico da modernidade não dispensou esforços na invenção de um novo modelo de sofista. Necessitou recriá-lo, reconstitui-lo, para garantir a manutenção do *status quo* que já representava no nascedouro da democracia. Esse novo sofista deveria ser capaz de manipular cidadãos dispersos – não mais aqueles presentes em reunião assemblar – em uma configuração de sociedade mais ampla, distinta e difusa em relação àquela da antiguidade. E esse novo poder econômico, filho do iluminismo, soube criar seu novel representante com a mesma maestria dos antigos oradores.

Fundou-se a democracia sobre um prisma consagrado até nossos dias para toda a ciência do direito: a liberdade de imprensa.

Somente após a instrumentação pelo poder econômico desse novo mecanismo de sofisma, alcunhado de imprensa livre, a humanidade volta a conhecer a democracia. E, nesse sentido, ao contrário do que a tradição insiste em ovacionar, tomamos a liberdade de imprensa expressa na declaração de direitos da Pensilvânia (1776) e não a Carta de Direitos (*Bill of Rights*⁹) como o marco inicial da democracia moderna, pois entendemos que nesse documento primevo, nessa carta de direitos inglesa, nobres e burgueses membros desse novo poder econômico, que já se encontravam há séculos engatinhando sob as vestes da monarquia, se alimentando das migalhas ofertadas como conquistas de espaço político, não buscavam a ampliação de suas aparentes vitórias para além dos membros já laureados ou mesmo para abarcar os demais membros de sua sociedade, mas tão somente a garantia e ampliação daqueles direitos anteriormente cingidos na Carta Magna (1215). Suas intenções

⁹ Acordo de 1688 entre o parlamento inglês e os príncipes Guilherme de Orange (holandês) e Maria II (inglesa) cravando a tímida origem da democracia com a fundação dos pilares principiológicos que resplandeceriam na modernidade, tais como a liberdade de expressão parlamentar.

– se nos permitem a superficialidade de uma comparação histórica tão longa – pouco se diferiam das reformas de Drácon na antiga Grécia (cujas penas superavam em muito as poucas vantagens positivadas para as classes inferiores), de tal modo que, como no passado, buscou-se com essa Carta a outorga de privilégios para grupos específicos, financeiramente abastados ou com títulos de nobreza inferiores, e já estabelecidos, de direito (não de fato), como representantes do poder político sem que isso afetasse de modo significativo ou substancial a convivência com a nobreza ou mesmo visasse destituí-la de seus privilégios¹⁰, de tal modo que, não fosse por outros fatores essenciais para compreensão desse momento histórico (ainda que antecessores, como a *Commonwealth of England*¹¹ promovida por Oliver Cromwell), não seria de todo estranho se nesse momento a forma de governo experimentada naquela pequena ilha se desvirtuasse para algo diferente da democracia. Não obstante, destacamos que esse ato, ainda assim, é um passo inicial relevante para a fundação da democracia um século mais tarde devido seu suspiro pela liberdade, conforme transcrito:

Freedom of Speech:

That the Freedom of Speech and Debates or Proceedings in Parlyament ought not to be impeached or questioned in any Court or Place out of Parlyament (UNITED KINGDOM, 1688)¹².

Seguindo similar caminho, Bobbio observa exemplarmente, que a democracia moderna, desde a sua fundação (fixada na Carta de Direitos de 1688), foi um exercício de poucos e para poucos indivíduos, um modelo ainda mais exclusivista do que aquele da antiguidade grega (já que na modernidade, em seu início, a democracia se resumia exclusivamente a um restrito clube de cavaleiros composto pelos membros mais abastados ou com posição política mais privilegiada, como aqueles detentores de títulos de nobreza, e não para todos os homens que fossem nascidos livre no reino, como ocorrido na antiga Grécia). Porém esse exercício dá nova roupagem àquela constante e desenfreada busca pela manutenção do poder experimentada pelos antigos, restringindo-a aos componentes de

¹⁰ Saliente-se que, ainda que tenha sido na modernidade que foi criado por meio dessa Carta a monarquia constitucional (que retirou poderes da monarquia absolutista de outrora), tal medida não interferiu nos demais privilégios da nobreza, seja no campo político, econômico ou social.

¹¹ De 1649 até 1660: governo republicano que tomou o poder do Reino Unido.

¹² Liberdade de expressão: Que a Liberdade de Discurso e Debates ou Procedimentos no Parlamento não deve ser impugnada ou questionada em nenhum tribunal ou lugar fora do [próprio] Parlamento. [tradução nossa].

uma nova classe social detentora de riquezas. Essa emergente burguesia do século XVII, após firmar na Carta de Direitos a liberdade de expressão, tomou consciência de que as liberdades poderiam ser mais amplas bastando para isso que mais intensamente disputasse os espaços de poder dentro da sociedade garantindo a manutenção de seus próprios interesses. Essa disputa por novas liberdades começou a findar quando redigida a declaração de direitos da Pensilvânia e, mais tarde, quando tal texto foi ratificado como a primeira emenda à constituição dos Estados Unidos da América (1791), com esses atos o poder econômico deu-se por satisfeito na constituição da democracia (as liberdades somente reacendem a chama democrática quando reaparecem como disputas populares no início do século XX). O primeiro documento, de fato, funda a democracia moderna, ao passo que o segundo surge para solidificá-la como um instrumento liberal. A fundação dessa forma de governo do povo se dá com a instauração da liberdade de expressão como uma modalidade da liberdade de imprensa, sem restrições para quem serão os detentores dos instrumentos da imprensa, como se lê:

That the people have a right to freedom of speech, and of writing, and publishing their sentiments; therefore, the freedom of the press ought not to be restrained (Declaração de Direitos da Pensilvânia)¹³.

Congress shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof; or abridging the freedom of speech, or of the press; or the right of the people peaceably to assemble, and to petition the Government for a redress of grievances (Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos da América)¹⁴.

Há claras distinções entre a liberdade de expressão da declaração de direitos da Pensilvânia, que é destinada diretamente ao moderno mecanismo sofisticado, à imprensa, àquele que é capaz de cooptar as massas em nome do poder econômico, gerando, ainda que de rebarba, um direito para todos os cidadãos, independentemente de seu potencial econômico, e aquela liberdade de expressão anteriormente exposta na Carta de Direitos inglês, cujos destinatários são exclusivamente, como dito anteriormente, os novos membros do poder político que buscavam, em última análise, proteger exclusivamente suas existências e não suas conquistas no tabuleiro do xadrez político que se pronunciava.

¹³ Que as pessoas têm direito à liberdade de expressão, de escrever e de publicar suas opiniões; portanto, a liberdade de imprensa não deve ser reprimida. [tradução nossa].

¹⁴ O Congresso não fará nenhuma lei sobre estabelecimentos religiosos ou proibindo o livre exercício desses; ou restringindo a liberdade de expressão ou de imprensa; ou o direito das pessoas de se reunirem pacificamente, e de peticionarem ao governo por reparação de queixas. [tradução nossa].

3 O AGENTE RETÓRICO

Com a liberdade de expressão garantida para a imprensa, obviamente travestida e vendida como um benefício ao povo¹⁵, a disputa de poder é transferida para outros espaços dentro da sociedade, expandido para esses detentores do poder econômico o controle das posições de mando político (em especial o controle das opiniões e votos dos indivíduos ocupantes de cargos eletivos) e garantindo a manutenção de seus próprios interesses por meio de sua nova ferramenta de convencimento de massas. Acrescente-se a isso que nesse momento do século XVIII pouco se falava em imprensa informativa. Estamos na era em que a imprensa e a publicidade de massa (normalmente com charges, para atingir ao público iletrado) são manifestamente xifópagas e instrumentalizam as lutas político-ideológicas entre a classe econômica e os pensadores livres – que habitualmente glorificavam o povo frente à acumulação de riquezas. Por essa razão era comum a essa imprensa atacar, mesmo que com peças caluniosas¹⁶, governos não alinhados aos ideais democráticos de sua classe econômica tal qual todos aqueles que ameaçassem o fortalecimento do poder político recém conquistado por essa classe burguesa.

Também é através da imprensa que as bases ideológicas da democracia, como o liberalismo e o constitucionalismo, em especial, são postos na ordem do dia mundial, ampliando os adeptos dessa nova forma de governo não apenas entre aquelas burguesias locais, mas almejando o avanço transnacional em suas restritas reuniões de negócios. Não queremos com isso afirmar que as manifestações democráticas pelo mundo até o final do século XIX tenham seguido o rigor ideológico que lhe era proposto, pois, assim como afirma Robert Dahl, a “‘democracia’ tem significados diferentes para povos diferentes em diferentes tempos e diferentes lugares” (2001, p. 13), de modo que cada democracia em constituição expressava-se por meio de suas particularidades ideológicas. Também podemos notar que, ao menos até o início do século XX, não havia uma experiência

¹⁵ Devemos considerar que nesse período a maioria do povo que supostamente poderia ser beneficiado pela liberdade de imprensa era composta por indivíduos analfabetos. Essa constatação é fundamental, pois permite-nos questionar os resultados e alcances dessa liberdade e, conseqüentemente, as conquistas advindas através dela. Somente pequenos e restritos grupos sociais, com poder aquisitivo amplo, tinham acesso aos instrumentais para a alfabetização (tutores e livros, por exemplo), de modo que as conquistas dessa liberdade se direcionavam apenas para esse diminuto grupamento social.

¹⁶ Um clássico exemplo de peças caluniosas é a atuação da imprensa francesa contra Maria Antonieta, rainha da França no século XVIII.

democrática em toda história que atendesse aos ideais hodiernos (como o voto universal, para nos limitarmos ao exemplo mais rasteiro). Portanto, de modo similar às limitações da democracia antiga, em especial àquelas que determinavam quem eram os cidadãos partícipes, a democracia moderna foi criada por homens, letrados e detentores de posses exclusivamente para benefício e usufruto de seus semelhantes. E, em última análise, como a democracia se deu por meio de clubes de cavalheiros¹⁷, faz-se mister que os demais indivíduos que foram inseridos no processo democrático, em especial no processo decisório, galgassem essa posição ou lá fossem postos, ao longo dos séculos que seguiram, principalmente, devido às relações societárias ou econômicas entre eles e aqueles indivíduos que já eram reconhecidos como membros desse clube-democracia.

Nesse sentido, as disputas de poder que alimentam as décadas do século XIX até o início do século XX, em especial aquelas ideológicas presentes nas experiências de nascentes democracias representativas, possuem uma característica bastante peculiar: o trabalho em uma simbiose quase explícita entre o poder econômico e os governantes, constituindo um moderno patrimonialismo do Estado, onde o crescimento do poder econômico se dá, inclusive, por políticas de Estado em benefício dos representantes dos clubes de cavalheiros.

Essa relação se torna mais descarada durante as ações que orbitam as guerras mundiais do século XX. Nesse sentido, temos como exemplo uma das mais significativas atuações de instrumentalização do poder político pelo poder econômico: o Comitê Creel (1917-1919). Essa experiência de manipulação popular fez com que, em apenas seis meses o povo norte-americano, que veementemente à época se recusava a participar da primeira grande guerra, se convertesse em vorazes apoiadores do massacre em terras estrangeiras. Em 1916, sob a bandeira da paz, o presidente Woodrow Wilson foi majoritariamente eleito pela população norte americana. Porém, como o interesse do poder econômico à época estava nos lucros que uma guerra em solo estrangeiro poderia gerar, fez o governo toda uma publicidade contrária a seu discurso originário para levar o seu país à guerra. Por força da manipulação de massa proporcionada pela imprensa e seu mecanismo de reescrita das

¹⁷ Destacamos, no século XIX, o Metropolitan Club, presidido por J.P Morgan, em Nova Iorque e, no Brasil, o São Paulo Club. Também podem ser classificados como clubes de cavaleiros as tradicionais irmandades europeias, como a franco-maçonaria ou a *rosae crucis* (rosa-cruz).

verdades sociais (o que hoje alcunhamos como pós-verdade) aquela comunidade, outrora pacífica, foi capaz de se transformar em uma “população histérica e belicosa” (CHOMSKY, 2014), com reflexos que se alastram até nossos dias.

Outra publicidade ferozmente açoitada contra o povo, essa em escala global e de recorrente reprodução até os dias atuais, foi aquela que estimula o “Pânico Vermelho”, criando na figura do socialismo uma veraz ameaça e importante inimigo invisível a ser combatido a qualquer preço.

Essas ações publicitárias foram constituídas em um período onde os únicos meios de comunicação de massa eram os jornais (restritos ao público letrado) as salas de cinemas (restritos ao público das grandes cidades) e os rádios (restritos ao público com alto poder aquisitivo). Era bastante comum que esses três públicos fossem as mesmas pessoas, visto que os moradores das grandes cidades com alto poder aquisitivo normalmente eram os letrados, além de esses grupos representarem uma diminuta parcela da população, mas o tipo de publicidade almejada somente seria eficaz se atingisse a maior parcela do povo. Assim, a imprensa, esse moderno mecanismo de manipulação, por não possuir meios de acesso a todos os indivíduos faz uso de uma estratégia aplicada pelos sofistas à sua época. Como seria impossível ao sofista, no tempo assemblar, conquistar cada um dos votos necessários individualmente (no corpo a corpo), travava sua árdua batalha para a produção de consenso por meio da representação, onde elegia alguns indivíduos de destaque, especialmente aqueles com fiéis seguidores, como seus objetos primários de convencimento. De igual modo faz a imprensa até nossos dias. A representação permitia à imprensa atingir um número cada vez mais amplo de público de modo mais ágil e eficiente. Para tanto, bastava eleger entre os consumidores de suas manipulações aqueles que tivessem relativa importância junto aos seus pares e trabalhar a sua retórica diretamente para esses indivíduos em particular. Esses indivíduos, classificados como formadores de opinião, reproduziriam às suas comunidades as verdades criadas pela imprensa e a premiariam com o tão esperado consenso. Esses formadores de opinião se encontravam, normalmente, entre as classes mais instruídas, figurando como alvos prediletos para a divulgação de uma mentira conveniente: os intelectuais, as lideranças religiosas e os mais famosos entre os artistas. Esses grupos, ainda que por inocência ou por

ignorância sobre o tema, quando convencidos, reduzem o espaço de contestação contra o poder (seja por retirar-se desse confronto, seja por arrastar outros indivíduos consigo) e tornam-se vorazes instrumentos de manipulação das massas (como os reprodutores de *fake news* de nossos dias). Igual modelo foi aplicado com a mesma maestria em toda a publicidade nazista ou mesmo nas farsas midiáticas sobre a guerra do Vietnã além, obviamente, de todo marketing comercial (vide as primeiras propagandas de cigarros voltadas para tornar o público feminino um mercado consumidor, p.ex.).

Com esse aprendizado a imprensa burguesa pode levar a manipulação para outro nível. Greves e demais manifestações sociais foram deturpadas e derrubadas em nome de conceitos vazios vociferados como princípios essenciais à sociedade por aqueles seus formadores de opinião e que, com isso, integraram ao imaginário popular toda uma gama de princípios abstratos como valores reais. A principal estratégia, no entanto, foi a utilização da “fórmula do Vale Mohawk”¹⁸, que de tão repetidas vezes aplicada, sempre alcançando o resultado esperado (até hoje; inclusive no Brasil), passou a ser considerada como um método científico de conformação social. Entre aqueles conceitos vazios, a harmonia social, o interesse geral, a corrupção, a família, entre outros, se constituíram como bandeiras evocadas pelos mecanismos de imprensa contra seus opositores. Quem se manteria favorável a uma greve, composta por baderneiros, colocando em risco a subsistência das famílias e a harmonia social? Esse indivíduo, esse apoiador da greve, se o fizesse publicamente, seria escrachado como um risco à família, à harmonia, aos bons costumes, a todo um rol especial de tabus. A democracia passa então a harmonizar, submeter, a massa popular segundo os critérios do poder econômico como não havia sido experienciado em toda história e, através dessa harmonia, evita-se que o povo se organize e tome o seu lugar na democracia, evita-se que o povo emergja de sua marginalização para tomar frente na estrutura social democrática, evita-se que o povo escape das grades apáticas e mantenha-se ruminando aquelas verdades construídas.

¹⁸ A população é colocada contra os contestadores (sejam grevistas ou manifestantes), tingidos pela imprensa como desordeiros, baderneiros, pessoas nocivas ao bem-estar geral, contrárias à harmonia social ou mesmo perigosos para a comunidade. Esses conceitos indeterminados de harmonia e bem-estar, entre outros, são tomados como um lugar de pertencimento pela população, de modo que ela busca proteger tais princípios ainda que contrário aos seus iguais ou aos seus interesses gerais.

Todavia, a harmonia possui um imaginário de sociedade que deve ser atingido e, para atingi-lo são necessários, em contrapartida, a criação de novéis direitos. A conformidade esperada pelo poder econômico possui um preço e, tal como no passado, o poder econômico deve abdicar de parte de seu poder em nome da ampliação popular democrática em constituição com a instituição de novéis direitos. A maior parte da sociedade, ao longo da segunda metade do século XX, inclusive as mulheres, se viram integradas nas democracias, abocanhando novos espaços na estrutura social. Porém, ao mesmo tempo que se banhavam em direitos, primando até mesmo pelo direito a um lugar de fala, mantinham-se paladinos dos diversos conceitos indeterminados de conformação social exigidos pelo poder econômico.

4 O TRAMPOLIM E-DEMOCRÁTICO

Fortuna e poder são estruturas coirmãs e, ainda que algumas fortunas sejam seculares, rupturas acontecem, e as revoluções industriais, depois dos saques e corsários da modernidade, foram significativas para alterar substancialmente as fortunas e os agentes de poder. Assim, mesmo enquanto a democracia mantinha seu curso com determinada estabilidade promovida pela imprensa, a hodiernidade, por meio do advento da internet, realocou parte da estrutura democrática de poder para um novo patamar, movendo antigos membros para posições um pouco menos privilegiadas em toda a estrutura do poder.

As ciências humanas consideram que a inclusão de cada um dos indivíduos no processo democrático, mesmo que em sua forma mais simplória para os nossos dias (o direito ao voto, p.ex.), é um avanço, uma melhoria para a democracia. Quanto mais ampla a participação, seja através de fóruns populares, de conselhos regionais, ou por meio de outras estruturas, mais aprimorada se torna a experiência democrática. Nesse sentir, uma grande manifestação popular, ocupando ruas, em nome de uma reivindicação poderia ser uma das expressões mais significativas da democracia em quase toda a sua história, traduzindo-se como um reflexo da soberania popular.

Já a burguesia, que havia se dado por satisfeita na distribuição de direitos promovida pela inclusão das liberdades na primeira emenda à constituição americana, até mesmo por meio de seu mecanismo de imprensa, observa a democracia por um prisma oposto e, assim como na fórmula do Vale Mohawk, compreendem que alguns elementos

sociais devem ser distorcidos para se tornarem menos palatáveis pelo povo (ou menos ameaçadores à sua hegemonia). Por esse caminho, desde a união entre imprensa e publicidade, diversos símbolos expressivos de organização popular foram cooptados de modo a domesticar a intensidade de suas ações e resultados (CHOMSKY, 2014). A imprensa repintou a revolução francesa e o movimento hippie, para ficarmos em apenas dois exemplos, em diversos cenários lúdicos e confortáveis, desejando com isso reduzir os estímulos que tais movimentos sociais poderiam inspirar nas gerações futuras, evitando as tão temidas reivindicações por melhorias sociais (pois, melhorias significam a redução da fortuna de muitos dos membros do poder econômico). Por essa releitura da imprensa (que reflete os anseios da burguesia) a democracia se resume a uma objetiva liberdade que somente se apraz com o consumo, logo esse consumo deve ser direcionado para as mercadorias que essa mesma burguesia deseje vender, não para bens sociais cujos custos, em muitos casos, superam os lucros (CARDOSO, 1997). Portanto, cabe à imprensa, como único organismo social capacitado a fazer a melhor escolha para o bem comum, manipular o consumo social segundo seus próprios interesses, os interesses da classe econômica a quem representam, banindo todas as exigências populares extravagantes das esferas sociais, ainda que para isso precise manipular a todos de modo a convencê-los que tais extravagâncias são reflexos de uma possível “crise da democracia”¹⁹. Assim, a imprensa, esse mecanismo de manipulação, se faz ferramental o suficiente para pensar e organizar tudo aquilo que o povo anseia para suprir suas necessidades. Crê-se, a imprensa, como a consciência social e se impõe como líder da massa popular rumo aos objetivos harmônicos do consumo.

Esse ponto da contemporaneidade rememora alguns elementos significativos dos períodos históricos que antecediam as origens das democracias, momentos áureos de antigas tiranias ou monarquias absolutistas. Nesse novo contexto a classe dominante, representada pelo poder econômico, se sente suficientemente capaz de, por si apenas, individualmente (por mais que a decisão individual seja conflituosa com a própria natureza da democracia), fazer as mais acertadas escolhas para o bem comum, mesmo não

¹⁹ A crise da democracia é um conceito criado pela imprensa para designar a redução de apoio às pautas da classe econômica. Foi pela primeira utilizado em oposição ao movimento hippie, uma vez que aponta nesse movimento a redução de apoio popular à guerra do Vietnã.

existindo, de fato, um diálogo entre essa classe e seus dominados. Normalmente esses diálogos se dão no interior de seus clubes de cavaleiros, mantendo-se o mais afastada possível das agruras populares, ainda que resultem em desfazer as mais nobres conquistas sociais já consolidadas. Essas décadas (1960-1990) que antecedem ao advento da internet e da mobilidade telefônica vivem exatamente o espelho dessa retrógrada democracia, que se reinventa em sua mais impositiva face. Tais imposições, aplicadas com expresse e maciço apoio dos meios de comunicação, são distribuídas em políticas públicas de austeridade que reduzam o excesso dos ditos privilégios populares, além de direitos que beneficiem as populações locais, empregados por um pujante neoliberalismo de sua época, buscando por essa norma econômica a superação da crise da democracia para a preservação do regime capitalista (não olvidando que a chamada crise da democracia tenha sido aquela inventada por esse mesmo poder dominante, durante a década de 1960, quando esse poder econômico se sentiu ameaçado pela ampliação de ofertas de direitos ao povo para conter a propagação do movimento hippie enquanto buscava apoio da sociedade para a manutenção da guerra contra o Vietnam).

Nessa perspectiva de releitura da democracia, quando surge a internet²⁰ tal ferramenta é enquadrada como um método de *panem et circenses*, como uma distração, como uma atividade lúdica. Nos anos de 1990 a internet era uma espécie de gueto, restrita a jovens entusiastas, e não se expressava como uma ameaça ou como uma ferramenta de interesse ao *status quo*, sequer se via na internet um definitivo instrumento de comercialização capaz de suplantar o modelo tradicional. Somente com a criação das redes sociais e dos mecanismos de catalogação automática de sites (mecanismos de busca²¹) é que os indivíduos passaram a melhor se inteirar sobre a internet. Esses primórdios da internet serviram, em larga escala, especialmente para a interação entre indivíduos reais ocultados por apelidos (denominados em inglês como nicknames) que lhes dessem uma sensação de liberdade por meio do anonimato. Até os anos 2000 nem mesmo alguns entre

²⁰ O protocolo WWW (*world wide web*, ou “rede mundial de computadores”), somente foi disponibilizado comercialmente a partir de 1995. Através dele a maior parte do público passou a ter acesso a coletânea de documentos em hipermídia interligados e executados em uma camada de fácil acesso da internet.

²¹ Antes dos mecanismos de busca os conteúdos da internet, seus sites, somente eram encontrados se previamente catalogados em grandes diretórios ou caso a pessoa conhecesse a URL de acesso, pouco se diferenciando do que é hoje a *Deep Web* (que não atrai o interesse do público em geral).

os grandes detentores do poder econômico apostavam nessa ferramenta e, repletos de conformismo, adiaram ao máximo sua entrada no mundo virtual. Nessa época, muitas empresas de renome nacional ou mesmo mundial sequer tinham seu endereço na internet. O gigantesco conglomerado da Rede Globo, p.ex., somente adquiriu o seu primeiro domínio, aquele de registro internacional: “globo.com”, entre o final do ano de 1999 e o início do ano de 2000 (apesar do mesmo ter sido adquirido e registrado por terceiros no final do ano de 1998, conforme vê-se em uma simples consulta pelo Whois). Uma curiosidade é o fato de a Rede Globo, devido seu atraso em entrar para o mundo virtual, ser obrigada a adquirir tanto o domínio “globo.com” quanto o domínio “globo.com.br” (registrado em 1996, mas adquirido pelas organizações Globo somente 10 anos mais tarde) comprando-os de terceiros visionários (outros proprietários), uma vez que ambos os domínios foram registrados anteriormente quando a empresa não dedicava a devida importância ou não acreditava que a internet adquiriria significativa presença social para as gerações futuras.

Se acreditarmos que a participação popular de modo mais expressivo nos mecanismos democráticos deve ser analisada segundo os critérios do poder econômico, ou seja: tal participação popular por ferir o *status quo* reflete a própria crise da democracia, o que diríamos então da expressividade numérica de agentes manifestando suas vontades individuais por meio do universo cibernético da internet? Seria esse o fim da democracia liberal? Foi justamente nesse contexto de desprezo de grande parte do poder econômico pelos usos da internet, nessa brecha de controle sobre as ações sociais, que levou a sociedade a começar a abdicar daquela que havia se consolidado nos poucos anos passados como a sua “mente pensante”, a boa e velha manipulação pela imprensa, para desbravar e revolucionar o modo de se fazer democracia, substituindo, paulatinamente, a verdade da imprensa pela multiplicidade opinativa da rede mundial de computadores. Em certa medida, com o advento e popularização da internet, a força manipulativa da imprensa tradicional se esvai e, com isso, podemos apontar que, aos olhos dos mais conservadores membros do poder econômico, se origina uma nova crise da democracia, sem precedentes, atacando diretamente àqueles mercadores, àquela burguesia, que outrora surfavam na crista da roda da fortuna (olvidando que essencialmente a roda sempre gira).

Urjamos afirmar que as vozes de todos os indivíduos puderam ser expressas por meio da internet (em especial após a popularização da mobilidade telefônica), cumprindo as palavras de Andy Warhol, que no auge da pop art profetizou o conceito de “celebridade instantânea”, afirmando que “in the future, everyone will be world-famous for 15 minutes”²². Todavia, essas afirmações conduzem uma carga de devaneios intrínseca à própria estrutura da internet. Para que esse sonho de liberdade fosse fruto de uma realidade plausível deveríamos, antes, ignorar os diversos conflitos de interesse que permitiram a criação e expansão da internet. Não poderíamos saber que a internet nada mais é do que uma plataforma de comunicação mantida por alguns representantes do poder econômico, apesar de criada como um instrumento da guerra fria para, entre outros fins, promover o Pânico Vermelho. Também deveríamos fingir desconhecer que as principais ferramentas de comunicação (como as redes sociais ou os intercomunicadores instantâneos) – e até mesmo toda infraestrutura de acesso à rede mundial de computadores, incluindo os aparelhos pessoais que permitem essa conexão – são instrumentos, mecanismos, ainda mais complexos do que o da imprensa tradicional, embora igualmente pertencentes a mesma classe econômica de outrora. E, nesse ponto, jaz a principal das dúvidas que se poderia levantar sobre o tema: há democracia em uma plataforma criada, mantida e manipulada por um poder econômico dominante?

A aparente liberdade exacerbada na internet desde seus primórdios é, em si mesma, fruto de um mecanismo de manipulação. Por mais que alguns poucos indivíduos consigam apagar os seus rastros enquanto navegam pela internet, não seria possível fazê-lo em sua plenitude. Todo e qualquer evento executado na internet é imediatamente registrado por centenas de sistemas impedindo que de fato exista um pleno anonimato. E, somente por meio dessa espécie de anonimato poderíamos falar em liberdade na internet. Não nos referimos ao anonimato no sentido *stricto sensu*, onde se deseja ocultar a identidade individual, mas sim o anonimato existencial, onde se deseja que as atividades existenciais-virtuais dos usuários não sejam conectadas por cérebros cibernéticos (algoritmos) para solver seus desejos, frustrações ou mesmo paixões, com o direcionamento de informações ou de consumo. E é justamente esse tipo de anonimato que

²² No futuro, todos serão mundialmente famosos por 15 minutos. [tradução nossa].

não possuímos, pois uma vez que nossos passos pela internet são registrados, tais dados são utilizados para traçar perfis de consumo de todos os usuários que se conectem à rede mundial de computadores. Esses dados são rotineiramente compartilhados, mesmo que indiretamente, entre os membros detentores do poder econômico. Todo o seu histórico de acesso à internet é tratado como um roteiro para melhor direcioná-lo, manipulá-lo, para o consumo de produtos, serviços, ou mesmo de pessoas e suas ideias, tratadas no mundo virtual como limites, tendências vinculantes, à bolha de consumo de cada indivíduo. Para essa nova mídia pouco importam as palavras, discursos e opiniões que possam ser ditas na internet (nesse ponto, talvez tenhamos ampla liberdade de expressão), mas sim a conversão da ação democrática em produto de consumo, onde essas informações se fazem dados e os dados, se transformam em lucros.

Nessa perspectiva de transformar todos os dados da vida dos indivíduos em produtos de consumo surgem os mecanismos de retroalimentação do sistema político que imperava antes do advento da internet, aquele que primava pela redução das liberdades individuais em nome da democracia e de sua ferramenta neoliberal. Na internet tudo é mercadoria e toda mercadoria precisa ser consumida para gerar lucros. Aquele mesmo poder dominante que mantém a internet é quem mais lucra com o suposto ambiente democrático livremente oferecido às sociedades, não existindo, portanto, a possibilidade de implantação de democracia em tal plataforma manipulativa, senão pela crença em falsas verdades como realidades concretas.

5 AS FALSAS VERDADES

A falsa verdade, mesmo quando alcunhada de *fake news*, não é um fenômeno exclusivo da internet. Essa se representa desde as charges que germinaram no nascedouro da imprensa. Porém a falsificação da verdade na internet alcançou uma penetração social jamais vista na história, dos quais dois movimentos se destacam: o da fraude e o da criatividade. Enquanto a internet era tratada como ferramenta lúdica pelos principais meios de manipulação, grupos de usuários se divertiam falseando a realidade virtual em que coexistiam. Seus alvos mais corriqueiros eram aqueles que pudessem auferir lucros ou informações privilegiadas fraudulentamente, como nos diversos simulacros de páginas de acesso a bancos ou de furto de informações pessoais. Em outra perspectiva, faziam-se

alvos montagens debochadas de outros indivíduos (memes: prática de intercalar imagens e mensagens descontextualizando-as ou recontextualizando-as segundo interesses específicos). Todavia, por essas práticas terem um alcance limitado no mundo real, provocando prejuízos pontuais e, geralmente, de pequena monta, somente com representativo atraso vieram a chamar a atenção dos detentores de poder para o seu potencial no mundo virtual.

Não podemos nos afastar do fato de que a ampla liberdade da internet é o reflexo virtual daquilo que o mundo real não poderá experimentar. Quanto mais mercado consumidor o poder econômico cria no mundo real, mais direitos devem ser distribuídos. Quando, no passado, se absorveu o público feminino como fumante, p.ex., teve-se de impor direitos a essa parcela social para que ela se revelasse mercado consumidor, saindo de sua condição de total submissão aos homens na sociedade. Quando se exigiu a diversidade de gêneros, buscou-se nela novos espectros de consumo e novéis direitos foram criados para garantir as liberdades que fundamentam o consumo de tal grupamento social. O mundo real sempre exige interações, participações, manifestações, mas existiria o mesmo problema no mundo virtual? Lá todos os direitos e formas de expressão podem ser manifestas, todas as liberdades podem ser vividas, todos os consumos podem ser satisfeitos. Porém, a democracia na internet as vezes escapa para o mundo real e nele faz suas revoluções.

É como, em 2001, quando o mundo real, em especial os mecanismos de manipulação, foi surpreendido pelo caso do Dino Ignácio: um jovem adolescente de 15 anos que fez uma das maiores revoluções políticas internacional iniciada pela internet. De dentro do seu quarto, diariamente, alimentava o seu blog com a normalidade e inocência que se esperava de um adolescente de sua idade à sua época. Ótimo artista gráfico, fazia os mais variados trabalhos, muitos em tom de deboche, para seu diminuto público de seguidores. Porém, um desses trabalhos ganhou proporções de cunho político extremo: uma imagem do personagem Bert, do programa de TV Vila Sésamo, posta ao lado de Bin Laden. Sua publicação foi motivada pelo fatídico “11 de setembro” e, assim como Ignácio, nessa época muitas pessoas pelo mundo buscavam fotos de Bin Laden para poder dar um rosto ao algoz.

Dino, por meio de sua criação artística, disponibilizou, ainda que não intencionalmente, para um mundo insaciável por novidades um forte instrumento de discórdia. Nessa época, vários veículos de notícias mantinham-se atentos às imagens deste opositor ao ícone da democracia liberal e, após a publicação da criação de Dino, de seu meme, essa imagem foi rapidamente encontrada por agências de notícias internacionais e, ao mesmo tempo, por apoiadores de Bin Laden no Afeganistão. Os envolvidos de ambos os polos dessa controvérsia localizaram e se apropriaram dessa imagem ignorando, desde o início, sua origem e alimentaram-se de discursos de ódio díspares, pois a afronta percebida por cada parte era mais importante do que saber as razões que levaram àquela fotomontagem. Desse modo, os mecanismos de imprensa, representantes do *status quo*, viram a fotomontagem como uma afronta à democracia. Acreditavam que membros do Talibã a criaram nesse sentido. Ao passo que a população do Afeganistão interpretou que essa seria uma criação do governo americano e reproduziram e espalharam cartazes dessa fotomontagem pelo país. Em sua interpretação, acreditavam que a antipatia do personagem representava uma postura ofensiva dos Estados Unidos da América para com o seu líder. O descontrole foi tão absurdo e as acusações de ambos os lados foram tão graves que Dino, apreensivo, chegou ao extremo de retirar do ar, indefinidamente, o seu blog, pois temia por alguma retaliação por membros de ambos os lados (JENKINS, 2009).

O caso do Dino Inácio pode não ter sido o primeiro em que a internet influenciou ativamente o mundo real, mas, devido sua repercussão, foi o que mais levantou questionamento, até aquela época, sobre o quanto esse mundo virtual influenciava e se fazia medida do mundo real. Ao transformar um objeto virtual, fora do contexto de sua criação, em um motor impulsionador do mundo real com o poder de, a esse último, transformar ou transtornar de forma rápida e incontrolável fez-se luz sobre o poder manipulativo da internet. As sutilezas dos elementos envolvidos que demonstraram mais intensamente o potencial da internet em revolucionar o mundo real ignoravam que Dino intencionava, apenas, criar uma peça cômica ao contrário de provocar lados nessa guerra. A liberdade artística e de expressão de Dino Ignácio, que em outras épocas seria vista, quando muito, em confinados espaços de exposição artística sem interferir na realidade do restante da sociedade, passou, com a globalização do acesso à internet, a assumir proporções imensuráveis e com um agravante: essa liberdade poderia se exprimir em um

ambiente sem controle, exponencializando a expressão individual distorcidamente a todo o público global de usuários da internet.

Não seriam as ações de Dino Inácio um exemplo de *fake news*, de simbiose entre a fraude e a criatividade, mas sim os modos de apropriação e divulgação de sua arte. Já dizia a Folha de São Paulo em uma peça publicitária em que se demonstravam características elogiáveis de Hitler em uma retórica dissimuladamente sofisticada: “é possível contar um monte de mentiras dizendo só a verdade”, porém sua campanha ocultava que dizer o contrário é igualmente realizável. Foi assim que os mecanismos de imprensa de ambos os lados dessa guerra se apropriaram, nesses primórdios das *fake news* eletrônicas, de alguma mentira (a foto de Bin Laden com Bert) como verdadeira para criar novéis mentiras. Não obstante, por anos, as *fake news* foram utilizadas pelos mecanismos de imprensa sob a desculpa de uma suposta inocência dos agentes envolvidos na análise das informações, todavia tal simulacro discursivo não pode mais ser utilizado desde a última década. Seja por meio de redes sociais, seja pela imprensa tradicional, as *fake news* passaram a ser promovidas, diretamente, pelos mesmos grupos que sustentam financeiramente as estruturas sofisticadas hodiernas (vide o caso da Cambridge Analytica), tornando-as, ou mesmo o combate a elas, apenas mais um produto a ser comercializado no vasto mundo virtual.

Não esqueçamos, internet é comércio, não democracia. Hoje se vende uma repintura (uma falsa leitura) da revolução francesa, de Che Guevara, da revolução russa, do nazismo, do racismo, do terrorismo, entre tantos outros discursos, tal como se vende uma notícia falsa ou um mecanismo de verificação de sua veracidade. Em nossa democracia liberal não há elemento que não seja produto de comercialização, não existe algo que não seja consumível por algum público, inclusive a pós-verdade.

Nessa hodiernidade, essa época que dizem que foi criada a pós-verdade (post-truth), não há quem não conte uma grande mentira somente por meio daquilo que há de mais verdadeiro em sua notícia. Assim, pode-se elogiar o massacre de seres humanos nas comunidades pobres do Rio de Janeiro naquilo que de benéfico se visa conquistar, como uma suposta maior sensação de segurança. A pós-verdade admite nova interpretação sobre todo e qualquer fato e a notícia falsa compartilhada massivamente pelas redes sociais,

garante a harmonia social na crença de que aquela verdade manipulada é a realidade a ser contemplada. Não que esse movimento se difira essencialmente das manipulações proferidas pelo Comitê Creel, mas sim que seu alcance e a velocidade com que conquista resultados é imensuravelmente maior por meio da internet e, além disso, possui baixíssimo custo para seus influenciadores.

Assim como no caso de Dino Inácio, muitas outras ações gestadas na internet alcançaram o mundo real, algumas delas, de cunho contestatório, confrontaram-se diretamente com a conformidade e harmonia imposta pelos mecanismos de manipulação. Essas pequenas revoluções se metamorfosearam e perduram até os dias de hoje. Algumas entre elas, como em um filme em 3D, escaparam do espaço virtual para a realidade (a Primavera Árabe, o Movimiento 15-M, o Occupy Wall Street, as Jornadas de Junho, entre outros). Entretanto, devido as liberdades na internet serem amplas, promover ações revolucionárias no mundo virtual pouco influencia o mundo real. Todavia, quando tais movimentos extrapolam para o mundo real as forças econômicas, detentoras do poder político, fazem uso dos mais violentos instrumentos repressivos para manutenção do seu *status quo*.

Ao cruzar a fronteira entre o virtual e o real se experiencia, de início, uma das facetas da pós-verdade: desqualificar as lutas populares, tomando-as como um movimento baderneiro, seguindo a cartilha determinada pela fórmula do Vale Mohawk. Mas o movimento seguinte se dá pela violenta repressão de Estado contra a população descontente. Corroborando, em certa medida, com a afirmação de um dos maiores representantes do poder econômico (que em um passado recente foi apontado pela Forbes como o homem mais rico do mundo), Warren Buffett, que afirmou: “there’s class warfare, all right, but it’s my class, the rich class, that’s making war, and we’re winning”²³, invertendo a máxima do velho Marx. Ainda que as repressões físicas motivem a ampliação dos conflitos sociais (em uma espécie de tentativa de desmentir Buffett), elas não se limitam ao aspecto físico. Somente a repressão física não poria cabo a um movimento social, faz-se necessário um mecanismo de repressão que se espraie no campo moral; faz-se necessária a criação de uma publicidade totalmente direcionada para a conformidade

²³ Há uma luta de classes, tudo bem, porém é a minha classe, a classe dos ricos, que promove essa luta, e estamos vencendo. [tradução nossa].

dos consumidores, evitando que os mesmos se libertem de sua militância virtual ou de suas amarras; faz-se essencial o uso de ferramentais manipulativos da realidade, dando uma releitura aos acontecimentos; faz-se essencial a intensificação das *fake news* como mecanismos de conformação social, inclusive manipulando os demais membros da sociedade para se oporem aos manifestantes. Tornar os movimentos revolucionários em protestos exclusivamente virtuais é o principal objetivo, pois ali essas revoluções não passam de instrumentos de consumo (ratificando a vitória afirmada por Buffett).

Conquanto, *fake news* e pós-verdade somente são eficazes se puderem ser direcionadas particularmente para cada indivíduo²⁴, na medida de seus critérios de crenças ou confiabilidade na fonte de informação. Para tanto, fez-se necessário o desenvolvimento de aplicativos dotados de inteligência artificial, capacitados a processar um maior número de informações de modo cada vez mais rápido e eficaz, para fornecer aos indivíduos a perfeita simbiose consumista entre suas trilhas de informação deixadas em todas as redes do universo virtual e os mecanismos de pós-verdade que devem ser observados no universo real, fazendo de todas as suas manifestações sociais em plataforma virtual guias de consumo da informação que lhe é direcionada. Essas inteligências artificiais prezam por fomentar o mercado consumidor pela internet de maneira especial e direcionada, onde os tipos de liberdades vivenciados, ainda que falsas e limitadas, são incentivadas para promoção de uma melhor e mais ampla experiência de consumo confinada à realidade virtual.

6 CONCLUSÃO

A hodiernidade, por meio da internet, não apenas difundiu as falsas verdades e suas alegóricas manipulações caricatas dos fatos, mas, principalmente, expandiu a capacidade da doxa²⁵ (opinião) de fazer-se penetrante no tecido social. Os boatos, por serem órfãos de suas matrizes originárias, se multiplicam retroalimentando as falsas verdades ou mesmo se

²⁴ É importante salientarmos que, tanto os memes quanto as charges possuem grande apelo e alcance social, inclusive atingindo os iletrados ou mesmo analfabetos funcionais, ampliado demasiadamente o público alvo a ser atingido pela campanha jornalístico-publicitária do poder econômico.

²⁵ Crença ou opinião ingênua do senso comum, contrário à episteme (conhecimento científico), que supõe tratar como verdade conhecimentos ligados à passionalidade dos indivíduos. Por conta de sua proximidade com o conhecimento popular, foi muito utilizada pelos sofistas em seus argumentos.

alimentando delas. Esse contexto é primordial para a constituirmos uma percepção de Estado tal qual enuncia Derrida. Esse Estado, fundeado em mentiras, coordena as escolhas sociais e, por meio delas, sustenta o sentido de democracia que possibilita a manutenção e reprodução de seus próprios interesses (DERRIDA, 1996). Por tal análise, a capacidade de mentir do Estado tem de ser tão incólume que sua reprodução não possa ser entendida senão como a mais tenaz veracidade dos fatos, não abrindo brechas para que minimamente haja algum questionamento, inclusive no seio de seu mecanismo operacional. Os operadores da imprensa manifestariam tais mentiras com um objetivo maior, tal qual a harmonia social especulada pela fórmula do Vale Mohawk, em defesa de seus interesses e das classes políticas que representam. Ainda que essa ferocidade em se impor como verdade seja perceptível (especialmente pelos profissionais envolvidos), são raros os integrantes dos mecanismos de manipulação que se expõem como seus fiéis opositores (como foi o caso de Pulitzer), por mais que esses espectros de veracidade primem por sua exposição ao público, por força da atuação profissional do jornalista.

No lado oposto, ou seja, no balaio dos consumidores das mentiras proferidas pelo Estado, há indivíduos que reconhecem suas identidades sociais apenas por se perceberem como integrantes dessa distopia. Esses indivíduos disseminam falsas verdades como se, de fato, se tratasse de elementos constitutivos da veracidade cotidiana de seus algozes ou de possibilidades verossímeis de acontecimentos além de seus campos de conhecimento. Por influência da pós-verdade esses indivíduos passam a crer, piamente, que tais algozes ou acontecimentos são capazes de se enquadrar em todos os aspectos que a falsa verdade a eles distribuída (normalmente em forma de meme, charge, ou algum formato de fácil leitura e compreensão) são verídicas. Por vezes esse reconhecimento como verdade se dá pela fonte de onde obteve a informação, mas em muitos outros casos se resumem apenas à primazia de tomarem para si, por meio da doxa, uma representação social de superioridade frente seus seguidores. Assim, distribuem para membros que o tenham em relação de confiança, como se formadores de opinião fossem (ao menos se sentem como tal, pois o narcisismo, segundo Sérgio Branco, faz-se presente nas relações de confiança social), alimentando a própria autoestima e a necessidade de autopromoção como divulgador primevo do “furo de reportagem” que compartilham.

Outrossim, na composição dialética entre manipulado e manipulador, onde ambos se metamorfoseiam em um único ser no anseio pela primazia de divulgação das informações inverídicas ou não checadas, o discurso da imprensa passa a ser, em muitos casos, não mais uma falácia ou uma manipulação, mas sim uma estratégia de sociabilização. Igualmente, por mais que haja na internet todo um conjunto de algoritmos perseguindo nossos passos para nos direcionar para o consumo de determinados conteúdos, tais elementos, na hodiernidade, se incorporaram ao próprio espírito social fazendo com que os seus resultados (sejam os produtos, sejam as pós-verdades) se constituam como elementos de suporte à realidade democrática.

Em nossa concepção esse vislumbre democrático imposto por terceiros e seus instrumentos manipulativos se contrapõe aos mais nobres ideais que deveriam permear o próprio conceito, ou seja: um conjunto indivisível composto, ao menos, por Direito, liberdade, igualdade, fraternidade e transparência. Ainda que, mesmo na realidade global, nenhum desses patamares tenham sido plenamente alcançados pela humanidade, pois sequer superamos a fase dos rascunhos de tal experiência, tais percalços não afastam a possibilidade da constituição de um sistema que exclua os mandatários de suas posições de mando para promoção e constituição de uma sociedade realmente democrática.

Na realidade brasileira, onde sequer consolidamos o Direito ou as liberdades individuais, mas já expressamos, com otimismo, o anseio por galgarmos o topo do Everest democrático, tal sonho é um estágio ainda mais distante do que aquele expresso pelo mundo que espelhamos. Ainda não foi possível ao Brasil, ao menos desde a república, reverberar o termo democracia por uma geração inteira, apesar de sua recente e intensa busca por concretizar no campo virtual e real, por meio de imensuráveis atropelos, aquele que poderia ser o mais fidedigno exemplo de democracia, não fosse pelo ferramental manipulativo que se oculta em tais realidades.

Estaria então a sociedade hodierna, vigiada em todos os aspectos de sua vida cotidiana, tanto no universo real quanto no virtual, e adestrada ao consumo, além de manipulada em nome de uma harmonia que prima pela manutenção do *status quo*, vivenciando uma espécie de não-democracia?

Na verdade, todas as características enumeradas nos levam a vislumbrar justamente o cenário oposto. Assim como propunha Aristóteles, somente é possível existir uma mentira se ela orbitar uma verdade, pois toda mentira nada mais é do que o aumento ou redução dos efeitos dessa verdade sobre as coisas que lhes fazem referência. Por essa perspectiva podemos entender que, somente existe uma democracia manipulada por, justamente, haver alguma forma de democracia ocultada nessa mentira imposta pelo poder econômico, de modo que ela possa, por algum meio que limite a atuação dos donatários do poder, ser alcançada pela sociedade.

REFERÊNCIAS

- AIETA, Vânia S. **Democratizando a democracia**: vetores contemporâneos de aprimoramento da democracia representativa. Porto: IBEROJUR, 2019.
- BALEM, Isadora F. O impacto das fakenews e o fomento dos discursos de ódio na sociedade em rede: a contribuição da liberdade de expressão na consolidação democrática. In: **4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade**, Santa Maria, 08 a 10 nov. 2017. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2017/1-12.pdf>>. Acesso em: 1º out. 2019.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BRANCO, Sérgio. Fake News e os caminhos para fora da bolha. In: **Interesse Nacional**. São Paulo. n. 38. ago./out. 2017. Disponível em: <<https://itsrio.org/wp-content/uploads/2017/08/sergio-fakenews.pdf>>. Acesso em: 1º out. 2019.
- CARDOSO, Ciro F. História do poder, história política. In: **Estudos Ibero-Americanos**. Rio Grande do Sul: PUCRS. v. XXIII. n. 1. jun. 1997. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/28436/15926>>. Acesso em: 1º out. 2019.
- CHOMSKY, Noam. **Mídia, propaganda política e manipulação**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: UNB, 2001.
- DANIEL, Perla S. Democracia e mídia. In: **Revista de Direito das Faculdades Integradas de Jaú**. Jaú. v. 3. 2015. Disponível em: <<http://revistadedireito.fundacaojau.edu.br/artigos/2.pdf>>. Acesso em: 1º out. 2019.
- DERRIDA, Jacques. História da mentira: prolegômenos. In: **Estudos Avançados**. São Paulo. v. 10. n. 27. ago. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000200002>. Acesso em: 1º out. 2019.
- GOMES, Wilson. Democracia digital: que democracia? In: **Compolítica**. 2011. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/gt_ip-wilson.pdf>. Acesso em: 1º out. 2019.
- GUARESCHI, Pedrinho A. Mídia e democracia: o quarto versus o quinto poder. *Revista Debates*. v. 1. n. 1. 2007. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/2505/1286>>. Acesso em: 1º out. 2019.
- JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**: a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação. São Paulo: Aleph, 2009.
- LEMOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOISES, José A. Democracia e representação. In: **Lua Nova**. São Paulo. v. 2. n. 4. mar. 1986. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451986000100001>. Acesso em: 1º out. 2019.

ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

PLATÃO. **A república**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

_____. **As leis, incluindo epinomis**. São Paulo: Edipro, 2009.

REIS, Maria D. Democracia grega: a antiga Atenas (Séc. V a. c.). In: **Sapere Aude**. Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 45-66, Jan./Jun. 2018.

RIBEIRO, Roberto V.P. **O julgamento de Sócrates sob a luz do direito**. São Paulo: Pillares, 2012.

RÜDIGER, Francisco. As teorias da imprensa do liberalismo tardio na era do jornalismo de massas. In: **9º. Encontro Nacional de História da Mídia**. Ouro Preto, Minas Gerais. mai./jun. 2013. [GT História do Jornalismo].

UNITED KINGDOM (Bill of Rights). 1688. Disponível em: <<http://www.legislation.gov.uk/aep/WillandMarSess2/1/2/introduction>>. Acesso em 1º out. 2019.